

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002909-27.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Consignação Em Pagamento - Pagamento em Consignação**
 Requerente: **Camargo Livre Comércio de Máquinas Ltda. Me**
 Requerido: **321 STUDIO DO BRASIL LTDA**

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

CAMARGO LIVRE COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA-ME propôs ação de consignação em pagamento em face de **321 STUDIO DO BRASIL LTDA**. Aduziu que em 22 de agosto de 2014 vendeu à empresa requerida uma embaladora Mega Pack IV com formatos, sistema anti-mofo e esteira, tendo a requerida se utilizado de financiamento junto ao BNDES para a compra. Alegou que o contrato se deu de forma verbal, sendo que o representante da requerida veio até São Carlos para a formalização da compra, ficando estabelecido que retiraria a mercadoria no local. Que a requerida não realizou a retirada do bem e tampouco forneceu possível endereço para a entrega. Que tentada a notificação da ré, no endereço constante da nota fiscal, recebeu a informação de que esta teria se mudado. Informou que recebeu em dezembro de 2014 e-mail do BNDES informando que fora aberta reclamação contra o requerente, pelo não recebimento da máquina. Que passado longo tempo, o representante da ré entrou em contato com a empresa autora, requerendo que procedesse ao depósito de quantia equivalente à quantia negociada. Requereu autorização para consignar a máquina objeto desta lide; a citação dos sócios para retirar a máquina no endereço informado na inicial e a expedição de ofício ao BNDES. Deu à causa, o valor de R\$180.000,00.

Encartados à inicial vieram os documentos de fls. 08/33 e 37/45.

Citada (fls.101/104), a requerida apresentou resposta na forma de contestação (fls. 105/116). Aduziu que entrou em contato com a requerente visando a compra de máquina de sorvete, e não da máquina discutida nesta ação, sendo que o


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pagamento seria feito através de financiamento por meio do BNDES. Que a parte requerente anotou os dados do cartão da ré, que ficaria aguardando os trâmites necessários para posterior aprovação da compra. Que foi surpreendida com um débito em sua conta, referente à primeira parcela da máquina, que seria entregue em poucos dias mas nunca foi entregue. Alegou que por essa razão realizou a contestação da compra junto ao BNDES. Que a máquina vendida era usada, o que é vedado pelo BNDES e que a nota fiscal da compra nunca lhe foi entregue. Recusou o bem depositado e requereu a improcedência da ação.

Réplica às fls. 149/155.

Houve audiência de tentativa de conciliação, a qual restou infrutífera (fls. 213/214).

Audiência de instrução e julgamento com a oitiva de testemunha (fls. 219/222).

Manifestação e documentos juntados pela requerida às fls. 224/238.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Trata-se de ação de consignação que a requerente propôs visando a entrega do bem adquirido pela requerida, visto sua não localização e aparente desinteresse pelo recebimento.

Pois bem, embora não tenha sido efetivado contrato escrito para a compra de maquinário de alto valor, há nos autos elementos suficientes aptos a comprovar a efetiva negociação do objeto em discussão.

A ré confirma que seu representante se dirigiu a São Carlos com o intuito de comprar maquinário, sendo que não há qualquer elemento que indique que o bem, ora em discussão, seja diverso daquele efetivamente comprado.

A aquisição de produtos, amparada pelo financiamento por meio do BNDES, passa por burocracia suficiente, capaz de garantir a lisura do negócio entabulado. A efetivação da compra através do referido financiamento é analisada e aprovada pelo órgão competente, sendo que não há nos autos qualquer indicio de que essa aprovação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

tenha se dado de maneira fraudulenta e tampouco que a máquina descrita na nota fiscal de fl. 20 seja diversa da negociada.

A testemunha ouvida confirma que a compra financiada pelo BNDES passa por várias etapas até o pagamento. Nas suas palavras (3'35''):

"É feita a proposta. São cinco ou seis etapas na confirmação pra gente poder receber. Vai para o BNDES, do BNDES vai para o gerente do banco, o gerente do banco autoriza, entra em contato com o dono do cartão e autoriza o pagamento."

E depois (7'31''):

"O cartão do BNDES, quando vai lá para autorizar, nós emitimos a nota fiscal da máquina, ai vai para o BNDES, o BNDES manda essa nota fiscal com a descrição da máquina pro gerente do banco. Até ai não recebe o dinheiro. O gerente do banco entra em contato com o dono do cartão, ai o dono do cartão fala "essa é a máquina" e o gerente do banco autoriza o pagamento"

Afora as alegações da ré, não veio ao processo qualquer indicativo de que a empresa requerente estivesse tentando vender maquinário usado, proibido pelas regras de financiamento do BNDES. Ao que parece, a requerida se arrependeu da compra e tenta, de toda forma, se furtar ao recebimento do bem, o que não se pode admitir.

Ademais, e isso é muito relevante, a firma requerida não foi encontrada em nenhum dos endereços constante dos autos, sobrevivendo, após a determinação proferida em audiência (fl. 219), o informe de fls. 224/225, dando conta de que se encontra sem atividade desde 2015; talvez isso explique a via crucis pela qual passa a autora para se desobrigar, tentando entregar o bem, em vão.

Assim, comprovada a negociação, e tendo a parte autora recebido o valor referente à compra da máquina, a procedência é de rigor.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE A AÇÃO**, nos termos do art. 487, I, do NCPC. Considerando o encerramento das atividades da requerida, a partir da publicação desta sentença, a requerente tem o prazo de 10 dias para informar o endereço no


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

qual a máquina está disponível para retirada. A partir dessa data, a requerida tem 15 dias para peticionar nos autos informando quando (dia e hora) comparecerá para retirar o equipamento, o que deve ser feito, no máximo, em até 15 dias do informe. Decorrido o prazo, a empresa autora está desobrigado da guarda do equipamento, extinguindo-se a sua obrigação. Fica anotado que **os prazos referidos correrão da publicação desta sentença, independente da interposição de recurso pelas partes.**

Sucumbente, a ré arcará com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atualizado da causa.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Com o trânsito em julgado, ao arquivo definitivo, com as baixas necessárias.

P.I.

São Carlos, 27 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**